

ATA DA CONFERÊNCIA PROCEDIMENTAL

Realizada nos termos do artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

ASSUNTO: PLANO DE PORMENOR DO CENTRO HOSPITALAR DE BARCELOS (UOPG3-PP1)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

Designação	Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos (UOPG3-PP1)
Localização	Abade de Neiva e União de freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Fresquinha, Barcelos
Processo Administrativo n.º	DSOT-IGT_74/2019
Data	07 de outubro de 2019

2 – ATA

No dia 07 de outubro de 2019, pelas 11.30horas, reuniram nas instalações da Estrutura Sub-Regional de Braga da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, para apreciarem e emitir parecer sobre a proposta do Alteração do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos (UOPG3-PP1), as seguintes entidades:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	Arq. Gabriela Silva
Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.	Arq. Daniel Fortuna do Couto
Infraestruturas de Portugal, S.A.	Eng.ª Luisa Cordeiro Eng.ª Elsa Gomes
Câmara Municipal de Barcelos	Eng.º Hugo Lomba Dr. Miguel Pereira Arq. Edite Pereira Geoatributo



Apesar de convocada, não compareceram à reunião as seguintes entidades:

REN – Redes Energéticas Nacionais, Sgps, S.A, que enviou o parecer favorável a coberto do ofício n.º REN – 8304/2019 de 30 de Setembro de 2019, anexo à presente ata.

APA – Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., que enviou o parecer favorável a coberto do ofício n.º ARHN.DRHL.01007.2019 S058204-2019, de 03 de Outubro, anexo à presente ata.

A convite da CCDR-N e acordado com as restantes entidades, o Município fez-se representar pelo Sr. Eng.º Hugo Lomba, Dr. Miguel Pereira, Arquiteta Edite Pereira e a equipa responsável pela elaboração do plano em apreço.

Apreciados os documentos apresentados pela Câmara Municipal de Barcelos, foram auscultadas as entidades presentes, após o que a CCDR-N deu a conhecer a própria pronúncia, segundo a qual emite parecer desfavorável, tendo em conta os fundamentos constantes na INF_ESRB_GS_8938/2019, de 04 de outubro de 2019, anexa à presente ata.

O representante da Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.- ARS, o Arquiteto Daniel Fortuna do Couto, informou que esta entidade não tem condições para emitir parecer, uma vez que o Hospital a construir ainda não está caracterizado e que análise terá de ser feita à luz do previsto para a natureza do equipamento a instalar. Mais referiu que a análise para além de outros requisitos e parâmetros terá de incidir pormenorizadamente sobre as acessibilidades e altimetrias das envolventes, bem como, irá fazer uma informação sobre a proposta agora apresentada que enviará no prazo de uma semana para a CCDR-N.




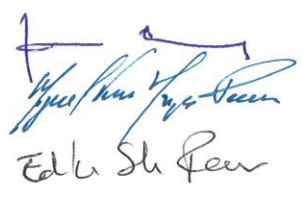
As representantes das Infraestruturas de Portugal, S.A., Eng.ª Luisa Cordeiro e Eng.ª Elsa Gomes, informaram que o parecer desta entidade é desfavorável, considerando a falta de um estudo de tráfego que sustente a presente proposta de Plano e que avalie os impactos produzidos pelas novas vias e ligações a efetuar na Rede Rodoviária Nacional. Mais informaram que, em sede de revisão do PDM, a IP comunicou à Câmara Municipal de Barcelos a necessidade de suportar a via prevista em estudos da natureza agora pretendidos.

O representante da Câmara Municipal de Barcelos, Eng.º Hugo Lomba informou que já foi aprovado o Pedido de Informação Prévia para instalar uma unidade comercial nesta área.

Em face dos pareceres transmitidos, o conjunto de entidades representadas, reunidas em conferência procedimental, decidiram emitir parecer desfavorável nos termos supramencionados.

Posteriormente e face ao parecer transmitido, o representante da Câmara Municipal de Barcelos, Eng.º Hugo Lomba informou que o processo e os procedimentos serão reavaliados, assim como, irá solicitar acompanhamento a todas as entidades envolvidas, designadamente à Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. e à Infraestruturas de Portugal, S.A.

Pelas 13h30m, nada mais havendo a tratar, a representante da CCDR-N deu por finda a reunião, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada por todos os presentes.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	
Administração Regional de Saúde do Norte, I.P.	
Infraestruturas de Portugal, S.A.	
Câmara Municipal de Barcelos	

Anexos:

- Parecer da CCDR-N - INF_ESRB_GS_8938/2019, de 04 de outubro de 2019
- Parecer da REN - ofício n.º REN – 8304/2019 de 30 de abril de 2019
- Parecer da APA – ofício nº S058204-2019 (ARHN.DRHL.01007.2019) de 03 de Outubro.

[Handwritten signatures and initials]

Concordo com o teor da presente informação, pelo que, caso mereça concordância superior, proponho a emissão de parecer desfavorável à presente proposta, nos termos constantes da mesma.

Concordo.

Diretora de Serviços de Ordenamento de Território

[Handwritten signature]

Maria Cristina Guimarães

À Consideração Superior.

Chefe de Divisão ESR Braga

[Handwritten signature]

Irene Fontes

Informação n.º INF_ESRB_GS_8938/2019

Proc. n.º DSOT-IGT_74/2019

Data 04-10-2019

Assunto Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos (UOPG3-PP1)
Localização: Abade de Neiva e UF de Barcelos Vila Boa e Vila Frescainha

I. Enquadramento

Através do ofício DPUA-8924, de 17/05/2019, enviou a Câmara Municipal de Barcelos, para conhecimento e apresentação a proposta de Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos (UOPG3-PP1). A proposta apresentada incide sobre a parte da área delimitada para a UOPG, contígua à malha urbana da zona norte da cidade de Barcelos (freguesias de Abade de Neiva e UF de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescainha) e tem como objetivo “Criar condições para a implementação do Centro Hospitalar de Barcelos e respetivas acessibilidades”.

Após uma primeira análise dos elementos enviados conclui-se que há interesses a ponderar que justificam a convocatória de Entidades da Administração Central para conferência procedimental prevista termos do artigo 86.º por remissão ao n.º 2 do artigo 119 do RJIGT, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. Assim cumpre emitir parecer sobre os aspetos previstos no n.º 2 do artigo 85.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de Maio, nomeadamente:

1. Cumprimento das normas legais e regulamentares;
2. Conformidade ou compatibilidade da proposta de plano com os programas territoriais existentes,

1.1 - Efetuou-se a consulta à Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) onde se verifica o registo deste PP, nomeadamente, o Aviso n.º 13666/2017, em DR de 16 de novembro de 2017, que publicita a Deliberação tomada por unanimidade em reunião ordinária realizada em 19 de Maio de 2017 de iniciar o processo de elaboração dos Planos de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos 1 e 2 de acordo com o preconizado nos documentos que compõem a referida Unidade Operativa de Planeamento e Gestão, a incidir sobre a configuração do desenho urbano ali previsto, delimitada no PDM através de dois planos de pormenor, onde o primeiro tem como objetivo proporcionar a instalação do Centro Hospitalar e respetivas acessibilidades, fazendo a articulação da rotunda da «fonte cibernética» com a rotunda do estádio, ficando o segundo plano responsável por articular o correto desenvolvimento urbano entre a zona central da cidade e espaços residenciais a poente, harmonizado por um corredor verde que integrará o futuro parque verde urbano da cidade;

[Handwritten signatures and initials]

2. Cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis

A Câmara Municipal de Barcelos em reunião ordinária n.º 25/2018 realizada 19 de maio de 2017, deliberou dar início procedimento elaboração do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos 1 e 2, publicitado Aviso n.º 13666/2017, em DR de 16 de novembro de 2017 em Diário da República 2ª Série. Foi estabelecido um período de 3 meses para a elaboração da proposta e estabelecido o prazo para a formulação de sugestões e apresentação de informações (15 dias uteis), tendo-se assim dado cumprimento ao n.º 1 do artigo 76.º do RJIGT, conjugado com o n.º 2 do artigo 88º (RJIGT.) Foi igualmente aprovada a não sujeição do plano a avaliação ambiental, ao abrigo do disposto no n.º 1 e 2 do artigo 78.º do RJIGT e do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua readação actual.

Neste momento o prazo de execução do plano está ultrapassado, encontrando-se o procedimento caducado nos termos do n.º 7 do artigo 76º do RJIGT.

3. Fundamentos da Proposta apresentada

De acordo com os documentos apresentados, pretende a Câmara Municipal de Barcelos elaborar dois Planos de Pormenor para a execução da Unidade Operativa de Planeamento UOPG 3, oportunamente delimitada no PDM, tendo por base os seguintes objetivos programáticos constantes do Anexo II do Regulamento do PDM:

“Proporcionar a implantação do Centro Hospitalar de Barcelos e respetivas acessibilidades, fazendo a articulação da rotunda da «fonte cibernética» com a rotunda do estádio e o estabelecimento de um «corredor verde», elemento que deverá integrar o futuro parque verde urbano da cidade. O terreno restante, incluindo o que possa sobrar da implantação do Centro Hospitalar, será urbanizado na categoria de «espaço central III», a nascente do corredor verde, e na categoria de «espaço residencial nível I», a poente do corredor verde”

Os parâmetros urbanísticos a adoptar para esta área regem-se pelo disposto na Planta de Ordenamento I – Qualificação do Solo, e no disposto no Regulamento do PDM para cada categoria e subcategoria de espaço envolvida.

Para a concretização deste plano está prevista a construção de uma rodovia que ligará a variante de Barcelos e a EN 204 (ente rotunda da «fonte cibernética» e a rotunda do estádio) dividindo a área de intervenção da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão, justificando o desdobramento da operação e constituindo o limite poente do PPI e a principal acessibilidade ao novo Centro Hospitalar.

Deste modo, a área de intervenção da proposta do presente Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos (PPI) fica compreendida entre a Estrada Nacional 204 (EN 204) até à linha que define a diretriz da futura via alternativa àquela estrada, conforme consta da Planta de Ordenamento do PDM.

A solução proposta para a área do PP do Centro Hospitalar de Barcelos assenta nos seguintes pressupostos, entendidos como ponto de partida para concretização de ideias conducentes à proposta de ocupação:

- Aproveitamento edificatório de toda a área edificável a nascente do polígono a destinar ao Centro Hospitalar em morfologia de quarteirão, com uma definição clara e inequívoca de toda a configuração do que virão a ser os espaços públicos nas suas várias componentes;
- Abstenção de definir de forma unívoca a configuração a adotar pelo edificado nos quarteirões destinados ao aproveitamento edificatório, antes estabelecendo uma parametrização objetiva dos diferentes elementos que determinam esse aproveitamento e das "margens de manobra" para o desenho urbano,

Gr
R A
✱
✱
✱

- a desenvolver nas operações urbanísticas (loteamentos ou obras de construção) que progressivamente concretizarão fisicamente o plano de pormenor;
- Valores globais de edificabilidade que respeitam a aplicação dos parâmetros do PDM, nomeadamente no que se refere ao cumprimento dos índices de utilização e de ocupação do solo (1,3 m²/m² e 55%, respetivamente), não desvirtuando pois o modelo de ocupação urbanística subjacente aos mesmos;
 - Flexibilização do número de pisos acima do solo (deixando de impor um máximo de 4 pisos), de modo a permitir uma maior liberdade de composição formal dos volumes edificados, sem que tal conduza a alterações de capacidades construtivas, tendo em conta o critério (prevalecente) explicitado no item anterior;
 - Indução de um possível aproveitamento edificatório da área triangular a sul com edifícios de maior altura, como marcação de uma "porta" da Cidade;
 - Imposição de dotações mínimas de áreas permeáveis para a generalidade dos quarteirões destinados a aproveitamento edificatório, que poderão, de acordo com as opções dos respetivos projetos, vir a integrar o domínio municipal como reforço dos espaços verdes, ou ser destinadas a logradouro dos edifícios e/ou lotes integrantes de cada quarteirão;
 - Matriz de usos admissíveis para o edificado constituída por habitação, comércio, serviços e atividades terciárias em geral, incluindo restauração e bebidas e hotelaria, com a sua especificação a ser decidida, em sede das operações urbanísticas de concretização do plano, pelos respetivos promotores, sem prejuízo de, em algumas situações pontuais, as disposições regulamentares do plano imponham soluções menos flexíveis, de modo a garantir uma adequada estruturação funcional da área objeto da intervenção;
 - Distribuição equitativa da edificabilidade do plano pelos dois proprietários, a erigir nos quarteirões localizados nos terrenos originários de cada um.

3.1 A organização espacial proposta na área do plano, segue os pressupostos acima mencionados e concretiza-se em dois grupos de áreas funcionais, confirmando a localização da implantação do equipamento apoiado no novo eixo viário e nas áreas perimetrais, na envolvente dos arruamentos existentes, vocaciona o terreno restante para o aproveitamento urbanístico com edificação mista destinada a habitação, comércio, serviços, atividades terciárias em geral, com volumetrias superiores a quatro pisos. Em alguns quarteirões admite volumetrias de 8 pisos e ainda a possibilidade deste limite ser ultrapassado nos casos em que a CMB reconheça que daí decorrem benefícios de ordem urbanística e estética. A proposta é operacionalizada pela construção de uma malha de arruamentos formando quarteirões perimetrais aos arruamentos existentes, intercetando-os. Estes quarteirões ficam limitados a poente por arruamentos que igualmente limitam área a afetar ao domínio público e ao Centro Hospitalar. A área dispõe de redes de infraestruturas urbanas implantadas sobre os arruamentos existentes no perímetro da área de intervenção.

4. Conformidade ou compatibilidade da proposta de plano com os programas territoriais existentes.

A proposta de Plano de Pormenor de Centro Hospitalar de Barcelos (PPI) corresponde a parte (cerca de metade) da área da UOPG 3 delimitada no PDM de Barcelos, cuja revisão foi publicada pelo Aviso 7722/2015, de 13 de junho e segue, em parte, os objetivos programáticos previstos na UOPG. Conforme referido, diz respeito à área nascente da UOPG, contígua à malha urbana da zona norte da cidade de Barcelos definida pela Estrada Nacional 204 (EN 204) até à linha que define a diretriz da futura via alternativa àquela estrada até à rotunda do estádio.

No PDM a área de intervenção do plano está classificada como:

- Solo urbano na categoria de solo urbanizado (Espaço Central – Nível III) e solo urbanizável (Espaço Central - Nível III);
- Espaço de Uso Especial.

Integra, ainda:

- Bens Imóveis Inventariados não classificados para Salvaguardada e Conservação dos Alçados;
- Áreas destinadas a execução de infraestruturas viárias;
- Áreas incluídas no domínio hídrico pelo atravessamento de linhas de água;
- Áreas atravessadas pela rede de distribuição elétrica de média e alta tensão e pelo gasoduto.

A situação proposta cumpre, apenas em parte, os objetivos programáticos estabelecidos no PDM para a UOPG 3.

A decisão de execução de dois planos de pormenor na área UOPG, está suportada pelas disposições do n.º 4 do artigo 142.º do PDM que prevê a possibilidade de materialização da UOPG por partes (...através da utilização isolada ou articulada dos seguintes instrumentos de execução os quais podem reportar-se à totalidade ou a parte da UOPG).

O Presente PPI prevê a alteração de disposições do PDM e dos parâmetros a adotar nesta área, nomeadamente os constantes dos artigos 24.º, 83.º, 102 e 130.º e do Anexo II - Objectivos programáticos da UOPG 3, assim como a demolição de um Bem Imóvel inventariado e não classificado para Salvaguardada e Conservação dos Alçados.

5. Âmbito e Conteúdo do Plano

A presente proposta de plano “Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos – PPI”, desenvolve a parte nascente da área delimitada da UOPG 3 no PDM de Barcelos, contida pela rede viária existente e projetada, que se caracteriza como uma área livre contígua à malha urbana da zona norte da cidade de Barcelos.

A área total de intervenção do PPI, é de 319.670 m², dos quais 19.520 m² integram já atualmente vias públicas, distribuindo-se os restantes 300.150 m² por apenas dois prédios, sendo que os maiores detêm cerca de 284.200 m², e o menor uma área de cerca de 15.950 m² localizada a norte da Rua do Cruzeiro/CM 1068-2 (ver Planta de Situação Existente – P 002).

Apreciados os elementos apresentados pela Câmara Municipal de Barcelos foram abordados os seguintes aspetos que podem suscitar dúvidas na elaboração e aplicação do plano:

- A proposta está incompleta no seu conteúdo material e documental e não se encontra devidamente fundamentada;
- A isenção da Avaliação Ambiental carece fundamentação e justificação nos termos do artigo 78.º do RJGT e dos critérios estabelecidos no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, na sua redação atual dada pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio;
- Não se encontra representado nas cartas do PP os limites administrativos nem a referência à CAOP nos termos com o estabelecido no artigo 7.º do regulamento 142/2016 de 9 de fevereiro e a legenda não se encontra parametrizada de acordo com do artigo 9 mesmo regulamento;
- Em nenhuma das cartas do plano é apresentado o cadastro dos prédios abrangidos pelas operações de transformação fundiária previstas, nem é feita a identificação integral da propriedade

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- rústica original, depreendendo-se da análise das plantas do Plano que o prédio de maior dimensão extravasa a área do PPI e que da operação resultará, pelo menos, uma parcela sobrança, que muito embora possa vir a integrar um segundo PP2, não é referenciada nem é justificada a sua omissão;
- Na presente proposta a área de implantação do novo Centro Hospitalar de Barcelos alocada no Estudo prévio, nos termos identificados no relatório do plano (Fonte ARS Norte de Dezembro de 2011) e que sustenta a elaboração do plano é reduzida e sem a devida justificação.

5.1 – Conteúdo material

A solução e conteúdos propostos na proposta do PP do Centro Hospitalar de Barcelos assentam em pressupostos de flexibilização de normas e conteúdos, entendidos “...como pontos de partida para concretização de ideias conducentes a uma futura proposta de ocupação...” que não se coadunam com o estatuto deste instrumento de execução e o com o seu carácter operacional e de rigor de projeto.

As propostas de ocupação possuem desenvolvimento pouco rigoroso e detalhado restringindo-se o desenho urbano à definição da malha viária e identificação de quarteirões resultantes da implantação rede das infraestruturas viárias e das áreas que lhe são afetas, abstendo-se de definir a configuração do edificado e operações de transformação fundiária, nomeadamente: as implantações e a distribuição de funções e conjugações de utilizações e áreas de construção, número de fogos assim como dos parâmetros urbanísticos.

Concretiza o dimensionamento, tratamento e implantação das infraestruturas viárias (incluindo os espaços de circulação viária e pedonal e de estacionamento), parte dos espaços verdes que integrarão o espaço público e a parametrização do equipamento a instalar destinado ao Centro Hospitalar de Barcelos.

Para a restante ocupação, prevista nos “quarteirões” estabelece, genericamente, áreas de ocupação mínimas e máximas e o número de pisos admissíveis, dando total liberdade à configuração que o edificado adotará e remete a definição a concretização destes conteúdos do desenho urbano (do parcelamento, da forma e imagem da área do plano) para a gestão corrente e casuística, admitindo ainda que os parâmetros mínimos e máximos definidos na proposta do regulamento possam ser ultrapassados, nos casos em que a Câmara Municipal reconheça que daí resultarão benefícios de ordem urbanística e/ou estética, de que é exemplo a proposta de normativo da alínea f) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 22.º - Conformação do edificado. Estão apenas identificados os mecanismos de perequação do Plano (edificabilidade média do plano e cedência média), mas não estão estruturadas as ações de compensação e a redistribuição de benefícios e encargos. Também não são identificados os sistemas de execução do Plano, o respetivo prazo nem apresenta a programação dos investimentos públicos associados, bem como a sua articulação com os investimentos privados.

A proposta de Regulamentação é igualmente vaga em matéria de edificação, contem algumas regras para a ocupação de espaço público, mas não define quanto à sua gestão e manutenção.

5.2. Conteúdo documental

De uma forma geral os elementos apresentados que integram o conteúdo documental do plano, perseguem os pressupostos de flexibilização e ausência de definição de forma unívoca a configuração a adotar pelo edificado, encontrando-se incompletos ou omissos, não assegurando o cumprimento integral do disposto no artigo 107.º de RJIGT.

1. Planta de Implantação – É omissa nos conteúdos, definição da configuração do edificado e das operações de transformação fundiária previstas. A flexibilização pretendida não se coaduna com o carácter operacional do Plano.

Este elemento do plano carece de densificação do conteúdo.

Deverá ser reformulada e contemplar o disposto no artigo 101º do RJIGT, assim como os conteúdos constantes na alínea b) do nº1 do mesmo artigo "...que estabelece, designadamente, o desenho urbano e as parcelas, os alinhamentos e o polígono base para a implantação de edificações, a altura total das edificações ou a altura das fachadas, o número de pisos, o número máximo de fogos, a área de construção e respetivos usos, a demolição e manutenção ou reabilitação das edificações existentes e a natureza e localização dos equipamentos, dos espaços verdes e de outros espaços de utilização coletiva".

- I. **Planta de Condicionantes** - Este elemento do plano apresenta todas as servidões e restrições de utilidade pública identificadas no PDM para a área de intervenção, no entanto as condicionantes não estão consensualizadas com as propostas do plano;

Recomenda-se a sua reformulação, tomando em consideração e adequando as condicionantes às propostas do plano e incluindo a servidão do gasoduto.

- I. **Regulamento** - A flexibilização da estrutura e do normativo proposto não se coaduna o Instrumento de Gestão que pretende regulamentar.

A título de exemplo observa-se que o artigo 1º **Âmbito Territorial** deveria conter a descrição do perímetro do plano remetendo para a área assinalada na planta de implantação e eventualmente descrevendo-o quando necessário e que a fixação de índices ou outros parâmetros urbanísticos para a implementação de um equipamento do tipo hospital, para o qual ainda não existirá projeto e que está subjugado a legislação específica, não será compatível com os parâmetros fixados no nº 2 do artigo 14º - **Espaço de uso Especial de equipamento**.

A estrutura e o conteúdo do regulamento carecem de densificação.

Atento ao carácter operacional e ao rigor do projeto de plano de pormenor, recomenda-se que este documento seja revisto e reestruturado para acolher o cumprimento do disposto na legislação aplicável, nomeadamente, nos artigos 101º, 102º e 107º do DL 80/2015, de 14 de Maio, o disposto no DR 15/15 de 19 de Agosto, na matéria aplicável; DR 5/2019, de 27 de Setembro, quanto a conceitos a utilizar; o DL 163/2006, de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo DL 125/2017 de 4 de Outubro, em matéria de Acessibilidades; o PDM e Portaria 216-B/2008, de 3 de março e respetiva Declaração de Retificação n.º 24/2008, de 2 de maio, em matéria de dimensionamento de infraestruturas, espaços verdes de utilização coletiva e parâmetros de cedência; a legislação aplicável em matéria de incêndio urbano.

5.2.1 - Outros elementos do Plano

- I. **Relatório** - Genericamente identifica e sustenta a proposta, sendo omissa quanto aos efeitos do plano na transformação fundiária da área assim como dos termos de referência para a promover a articulação e harmonização com as propostas para a restante área da UOPG, e para o estabelecimento de "um corredor verde que integrará o futuro parque verde urbano da cidade". De igual forma é omissa quanto à programação e execução das ações previstas, redistribuição de benefícios e encargos e financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica da operação.

Este elemento carece de densificação e adequação à tipologias de Instrumento de Gestão que integra.

- I. **A Planta de Localização** - Muito embora possua data de homologação de 2009, contem as informações mais relevantes para suporte da proposta.

2. **Planta de situação existente** - Esta planta restringe-se a parte da área e não identifica na íntegra a geometria dos prédios rústicos objeto da transformação fundiária.

Este elemento carece de densificação e adequação à tipologia de Instrumento de Gestão que integra.

1. **Planta de Modelação** - Inclui várias peças desenhadas (plantas e perfis dos arruamentos que contêm os elementos técnico definidores dos arruamentos e o traçado das infraestruturas).

Estão em falta, pelo menos, volumetrias e demais conteúdo do edificado.

Os elementos que integram este conjunto, carecem de densificação e adequação à tipologia de Instrumento de Gestão que integram

- v) **Planta de transformação fundiária** Desenho nº 10 – Desta planta apenas consta o limite dos quarteirões propostos e genericamente as áreas a integrar o domínio municipal, sem distinção da tipologia de áreas.

Este elemento carece de densificação e adequação à tipologia de Instrumento de Gestão que integra.

- vi) **Planta de Infraestruturas** (Desenho nº 11) - Dessa planta apenas consta o traçado indicativo sobre base cartográfica da situação existente.

Para além da omissão da proposta e da rede de infraestruturas viárias não demonstra que a totalidade da área a urbanizar esteja assegurada a totalidade das infraestruturas requeridas pelo processo de transformação urbana. A título de exemplo, nota-se que as infraestruturas de eletricidade, gás e telecomunicações apenas estão asseguradas na EN204 e estão em falta pelo menos a rede de recolha de resíduos e da rede de incêndio urbano, assim como a localização dos hidrantes.

Este elemento carece de densificação e adequação à tipologia de Instrumento de Gestão que integra.

- vii) É apresentado Relatório sobre a recolha de dados acústicos e Mapas de Ruído Ln e Lden (Desenhos 012-A e 012-B) no cumprimento do número 2 do artigo 7º do Regulamento Geral do Ruído .

5.3. Encontram-se em falta os seguintes elementos que acompanham plano (nº 2, nº 3 e nº 4 do artigo 107º do RJIGT)

- Peças escritas e desenhadas que suportem as operações fundiárias previstas, nomeadamente: Planta cadastral; Planta com identificação dos novos prédios e dos bens do domínio público; quadro sinóptico com a identificação dos novos prédios com as especificações de acordo com a alínea d) do nº 3; Planta com áreas de cedência ao domínio municipal; Quadro nos termos do al f) do nº 3.
- Programação de execução das ações previstas;
- Modelo de redistribuição de benefícios e encargos;
- Plano de financiamento e fundamentação da sustentabilidade económica da operação;
- Participação recebida em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação ou declaração
- Ficha dos dados estatísticos, em modelo a disponibilizar pela Direção -Geral do Território.

5.4 Apreciação da Proposta

Da análise dos documentos entregues, considera-se que a flexibilização pretendida e ausência de concreta definição de desenho urbano em toda a sua dimensão que fundamenta a proposta e os conteúdos constantes da proposta de PPI apresentada, não é compatível com o Objecto e Conteúdos documental e Material estabelecidos no artigos 101, 102 e 107 do RJIGT para o Plano de Pormenor, nem permite aferir

G F.

o cumprimento da legislação aplicável no que se refere ao dimensionamento das infraestruturas, incluindo perfis dos arruamentos de suporte à ocupação, espaços verdes e de utilização coletiva estacionamento. De igual forma, não será possível confirmar o dimensionamento e justificação apresentada quer para a reserva de áreas verdes e de utilização coletiva quer para estacionamento, uma vez que não:

- Estão identificados todos os espaços públicos e privados;
- Há dimensionamento do número de fogos e unidades de comércio e outras atividades, bem como do número de utentes previsível no Centro Hospitalar;
- É estabelecido o rácio de utilização de áreas verdes /áreas construídas do lote/quarteirão nem das áreas a afetar ao equipamento.

Quando á área a afetar ao Cento Hospitalar de Barcelos:

-Não se encontra justificada a redução da área para a sua construção, relativamente ao proposto no estudo Prévio datado de 2011 (Fonte ARS);

Alerta-se que o rigor na parametrização e os limites máximos e mínimos propostos no regulamento para um equipamento de tipo hospitalar, de saúde pública e de interesse público, poderão cercear o cumprimento da legislação específica aplicável aos edifícios do tipo hospitalar.

Quanto a infraestruturas, recomenda-se:

- A reavaliação da proposta do perfil da rodovia que ligará a variante de Barcelos e a EN 204 (*ente rotunda da «fonte cibernética» e a rotunda do estádio*) face aos níveis de serviço e cargas que suportará decorrentes da utilização e apoio directo do Centro Hospitalar e função de via alternativa à circulação automóvel da EN 204.

- A reavaliação do dimensionamento dos arruamentos que suportam a edificação, assim como das larguras mínimas das faixas de rodagem em função das alturas de edificação, para que seja garantido o cumprimento das exigências decorrentes da legislação aplicável e os normativos para a manobra dos veículos na saída do estacionamento para a circulação e manobra de um carro de combate a incêndio no meio urbano.

Na ausência de critérios definidos no PDM de Barcelos para o dimensionamento dos perfis de arruamentos, neste plano deverão ser cumpridos, no mínimo, os parâmetros definidos na Portaria 216-B/2008, de 3 de março e respetiva Declaração de Retificação n.º 24/2008, de 2 de maio.

CONCLUSÃO

Em face do exposto e dos conteúdos da presente proposta de Plano do Centro Hospitalar de Barcelos (PPI) e no âmbito da alínea a) b) do nº2 do artigo nº85 do Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio (RJIGT), proponho a emissão de parecer desfavorável à mesma.

Mais proponho que o Município de Barcelos proceda à reavaliação e reformulação de todo o procedimento de elaboração com vista à boa aplicação do plano nos termos do 101º e 102º do RJIGT, assim como à instrução do processo nos termos do disposto com artigo nº 107º do mesmo Regime Jurídico.

Por último, devem, ainda, ser cumpridos os procedimentos previstos no artigo nº 76 do mesmo diploma legal.

À Consideração Superior

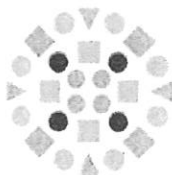


REPÚBLICA
PORTUGUESA

ESTRUTURA SUB-REGIONAL DE BRAGA · RUA DO CARMO, N.º 29-A · 4700-309 BRAGA
TEL:253 600 710 · FAX:253 600 719 · E-MAIL: ESRBRAGA@CCDR-N.PT · WWW.CCDR-N.PT

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Gabriela Silva



apa

agência portuguesa
do ambiente

[Handwritten signature and initials]

Exma Senhora

Chefe da Estrutura Sub-Regional de Braga da
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional do Norte
Rua do Carmo, 29-A
4700 - 309 BRAGA

S/ referência	Data	N/ referência	Data
OF_ESRB_GS_10165/2019		ARHN.DRHL.01007.2019	
DSOT_IGT_74/2019		S058204-2019	03/10/2019

Assunto: Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos
Localização: Abade do Neiva e U.F. de Barcelos, Vila Boa e Vila
Frescaíña - Barcelos

Tendo presente a convocatória da conferência de serviços, no âmbito da proposta relativa à aprovação do plano de pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos comunica-se a V. Ex^a. que, analisados os elementos remetidos, se apura que a área em apreço não é abrangida por área afeta ao Domínio Hídrico ou a zona ameaçada por cheias.

Assim, no âmbito da afetação dos recursos hídricos, emite-se parecer favorável à proposta do Plano apresentada.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe da Divisão dos Recursos Hídricos do Litoral

[Handwritten signature]
Sérgio Fortuna

(no uso das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 3263/2019
de 19 de março, publicado em DR, 2.ª série - N.º 59)



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

AMBIENTE E
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Rua Formosa, 254, 4049-030 Porto
Telefone 223 400 000 / Fax 223 400 010
email: arhn.geral@apambiente.pt

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DO NORTE
A/C Exma. Chefe de Divisão ESR Braga Irene
Fontes

Rua do Carmo, n.º 29-A
4700-309 Braga

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
OF_ESRB_GS_10651/2019	13/09/2019	REN - 8304/2019	30/09/2019
DSOT-IGT_74/2019		GA-PJ	

Assunto: Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos (UOPG3-PPI).
Localização: Abade Neiva e U.F. Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaíña,
Barcelos. Convocatória da Conferência de Serviços ao abrigo do artigo 86º
do RJGIT.

Registada com Aviso de Receção

Exmos. Senhores,

Em resposta à vossa comunicação identificada em assunto, cujo teor mereceu a nossa melhor atenção, cumpre-nos esclarecer, como ponto prévio, que o grupo REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., detém as participações nas empresas concessionárias da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT) e da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (RNTGN).




Neste sentido e de modo a abranger todo o universo das infraestruturas das referidas concessões, iremos compilar na presente missiva as informações consideradas relevantes para os vossos estudos respeitantes à RNT, da responsabilidade da concessionária REN - Rede Elétrica Nacional, S.A. e à RNTGN, responsabilidade da concessionária REN - Gasodutos, S.A.

I. Rede Nacional de Transporte de Eletricidade (RNT)



REN - Redes Energéticas Nacionais SGPS, S.A.
Av. Estados Unidos da América, 55
1749-061 LISBOA
Telefone: (+351) 210 013 500 Fax: (+351) 210 013 310
Apartado 50316 - 1708-001 LISBOA

Capital Social: 667.191.262 euros
NIPC: 503 264 032
info.portal@ren.pt www.ren.pt

F.




Relativamente à RNT informamos que, de acordo com a legislação em vigor, a REN - Rede Elétrica Nacional, S.A. é a concessionária da RNT em regime de serviço público. A RNT é constituída pelas linhas e subestações de tensão superior a 110 kV, as interligações, as instalações para operação da Rede e a Rede de Telecomunicações de Segurança.

Como concessionária da RNT compete designadamente à REN:

- Garantir a segurança de abastecimento de energia à rede da distribuição em termos de aumento da capacidade de oferta e da melhoria da qualidade de serviço;
- Garantir a integração da nova geração de energia (em particular a partir de fontes renováveis);
- Gerir a RNT nas vertentes de planeamento, projeto, construção, operação e manutenção;
- Planeamento da RNT por um período de 10 anos;
- Garantir o funcionamento dos mercados de energia (nomeadamente quanto às interligações).

No âmbito do planeamento da RNT acima referido, a REN, elabora o Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Transporte de eletricidade (PDIRT), o qual é objeto de aprovação por parte do membro do Governo responsável pela área da Energia, onde estão apresentados, programados e justificados todos os projetos de desenvolvimento e modernização da rede, no território nacional continental, num horizonte de dez anos.

Decorre da legislação ambiental em vigor que os projetos da RNT são objeto de estudos e Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) de que resulta a emissão de uma Declaração de Impacte Ambiental.

Concluída favoravelmente a AIA, os projetos da RNT são sujeitos a licenciamento em conformidade com o Regulamento de Licenças para as Instalações Elétricas no qual se procede ao controlo prévio da sua conformidade técnica e administrativa e, se favorável, dará lugar à emissão da respetiva licença de estabelecimento por parte da DGEG, condição para que a REN possa iniciar a fase de construção.

Durante o processo de licenciamento das infraestruturas da RNT são requeridas e constituídas servidões de utilidade pública (de acordo com os n.ºs 2 e 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 29/2006 atualizado pelo Decreto-Lei n.º 215-A/2012) sobre os imóveis necessários ao estabelecimento das infraestruturas da RNT.

O Decreto-lei n.º 43335 de 19 de novembro, determina a existência de servidões de passagem para instalações de redes elétricas. Estas não implicam necessariamente uma expropriação, mas sim uma servidão de passagem com a correspondente indemnização pelas restrições ou perdas de uso do solo no presente e em futuro, continuando os terrenos na posse dos seus legítimos proprietários.



3
P. H
C
P.
G. M.

A constituição das servidões decorre igualmente do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26852, de 30 de julho de 1936, com as atualizações introduzidas pelos Decreto-lei n.º 446/76, Decreto-lei n.º 186/90 e Decreto Regulamentar n.º 38/90.

A servidão de passagem associada às linhas da RNT consiste na reserva de espaço necessário à manutenção das distâncias de segurança aos diversos tipos de obstáculos (e.g. edifícios, solos, estradas, árvores), considerados os condutores das linhas nas condições definidas pelo Regulamento de Segurança de Linhas Aéreas de Alta Tensão (RSLEAT) a saber:

Obstáculos	150 kV	220 kV	400 kV
Solo	6,8	7,1	8
Árvores	3,1	3,7	5
Edifícios	4,2	4,7	6
Estradas	7,8	8,5	10,3
Vias-férreas não eletrificadas	7,8	8,5	10,3
Obstáculos diversos (Semáforos, iluminação pública)	3,2	3,7	5

distâncias apresentadas em (m)

Como disposto no RSLEAT, está também definida uma zona de proteção da linha com uma largura máxima de quarenta e cinco metros centrada no seu eixo, na qual são condicionadas ou sujeitas a autorização prévia algumas atividades.

Refira-se ainda que de acordo com Decreto-Lei nº 11/2018, de 15 de fevereiro, designadamente no artigo 7º não é permitida a construção de novas linhas da RNT com distâncias inferiores a 22,5 m medidos na horizontal a infraestruturas sensíveis e vice-versa. O mesmo diploma define como infraestruturas sensíveis: unidades de saúde e equiparados; quaisquer estabelecimentos de ensino ou afins, como creches ou jardins de infância; lares da terceira idade, asilos e afins; parques e zonas de recreio infantil; espaços, instalações e equipamentos desportivos; edifícios residenciais e moradias destinadas a residência permanente.

Analizados os elementos que nos facultaram, informamos que, considerando a área do projeto em análise, apenas existe infraestrutura da RNT, com servidão constituída, a cerca de 4 km, não se considerando existir assim qualquer afetação.

Al-

II. Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (RNTGN)

A REN-Gasodutos, S.A. é a concessionária da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (RNTGN) em regime de serviço público. A RNTGN é constituída pelas redes de gasodutos de alta pressão (com pressões de serviço superiores a 20 bar) e pelas estações de superfície com funções de seccionamento, derivação e/ou de redução de pressão e medição de gás natural para ligação às redes de distribuição.

Ao longo de toda a extensão da RNTGN encontra-se constituída, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/94, de 13 de janeiro, uma faixa de servidão de gás natural com 20 m de largura centrada no eixo longitudinal do gasoduto. No interior da referida faixa, o uso do solo tem as seguintes restrições:

- Proibição de arar ou cavar a mais de 0,50 m de profundidade a menos de 2 m do eixo longitudinal do gasoduto;
- Proibição de plantação de árvores ou arbustos a menos de 5 m do eixo longitudinal do gasoduto;
- Proibição de qualquer tipo de construção, mesmo provisória, a menos de 10 m do eixo longitudinal do gasoduto.

Analisados os elementos que nos facultaram, informamos que, considerando a área do projeto em análise, apenas existe infraestrutura da RNTGN com servidão constituída a cerca de 5 km, não se considerando existir assim qualquer afetação.

No respeitante à vossa convocatória para o próximo dia 7 de outubro, informamos que, considerando o significativo afastamento das nossas infraestruturas à área do Plano de Pormenor do Centro Hospitalar de Barcelos e a impossibilidade de agenda dos nossos técnicos, a REN não se irá fazer representar na conferência de serviços nas vossas instalações de Braga embora o nosso parecer seja favorável. Deste modo, agradecemos a consulta realizada e solicitamos que o presente parecer seja anexo à ata da conferência de serviços.

Com os melhores cumprimentos,

Gestão de Ativos

Projeto

André Santos

André Santos

Anexo: Imagem da aplicação Google Earth com a indicação das infraestruturas da RNT e RNTGN mais próximas do local do projeto analisado.



Imagem Google Earth com a área em estudo (cor magenta), com os traçados mais próximos das linhas da RNT com servidão constituída (traçado a cor vermelha representam as linhas a 400 kV) e da RNTGN (traçado a cor amarela).

Rel-

